



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° DE 2019

(Do Sr. Edmilson Rodrigues)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater a situação da educação escolar indígena no Brasil e sua necessária e urgente valorização.

Exmo. Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, III, e 255 e seguintes, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública com vistas a debater a situação da educação escolar indígena, bem como sua necessária e urgente valorização. Para esse fim, sugiro sejam convidados os seguintes palestrantes:

1. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior – MEC/SESU
(gabsesu@mec.gov.br)
2. Carlos Alberto Decotelli da Silva – MEC/FNDE
(presidencia@fnde.gov.br)
3. Paulo Roberto Costa e Silva – CNE (cnese@mec.gov.br)
4. Sonia Guajajara – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB

5. Cleber César Buzatto – CIMI (secretario@cimi.org.br)
6. Representante do Ministério Público Federal
7. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais do Ensino Superior – ANDIFES (andifes@andifes.org.br)
8. Prof. Wendel Tembé

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil vivem 869.917 mil indígenas, pertencentes a 305 povos, falantes de mais de 219 línguas. Segundo o Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2017), em 2015 haviam 32.167 estudantes indígenas matriculados no ensino superior e 250.853 matriculados nas 3.297 escolas indígenas, onde atuam 21.161 professores e professoras.

O direito a educação escolar diferenciada para os povos indígenas está assegurado em diversos diplomas legais, como a Constituição Federal; a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (promulgada no Brasil em 2004); a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU; a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ocorre, contudo, que as iniciativas do Estado brasileiro têm sido insuficientes para a valorização da educação indígena, resultando em cenário de aguda precarização que contribui, lamentavelmente, para os baixos indicadores de qualidade da educação brasileira, bem como a vulnerabilidade socioeconômica dessas populações.

Para debater esse tema de inegável importância e urgência, e buscar caminhos a serem trilhados pelas políticas de educação escolar indígena em nosso país, solicito a realização de audiência pública, preferencialmente no dia 3 de julho próximo, quando dezenas de professores e lideranças do Fórum Nacional de Educação Indígena – FNEEI estarão reunidos em Brasília.

Sala das Comissões, em de junho de 2019.

EDMILSON RODRIGUES
(PSOL/PA)